

DISCUSSÕES
INTERDISCIPLINARES
NO CAMPO DA
FORMAÇÃO
DOCENTE

V
O
L
I



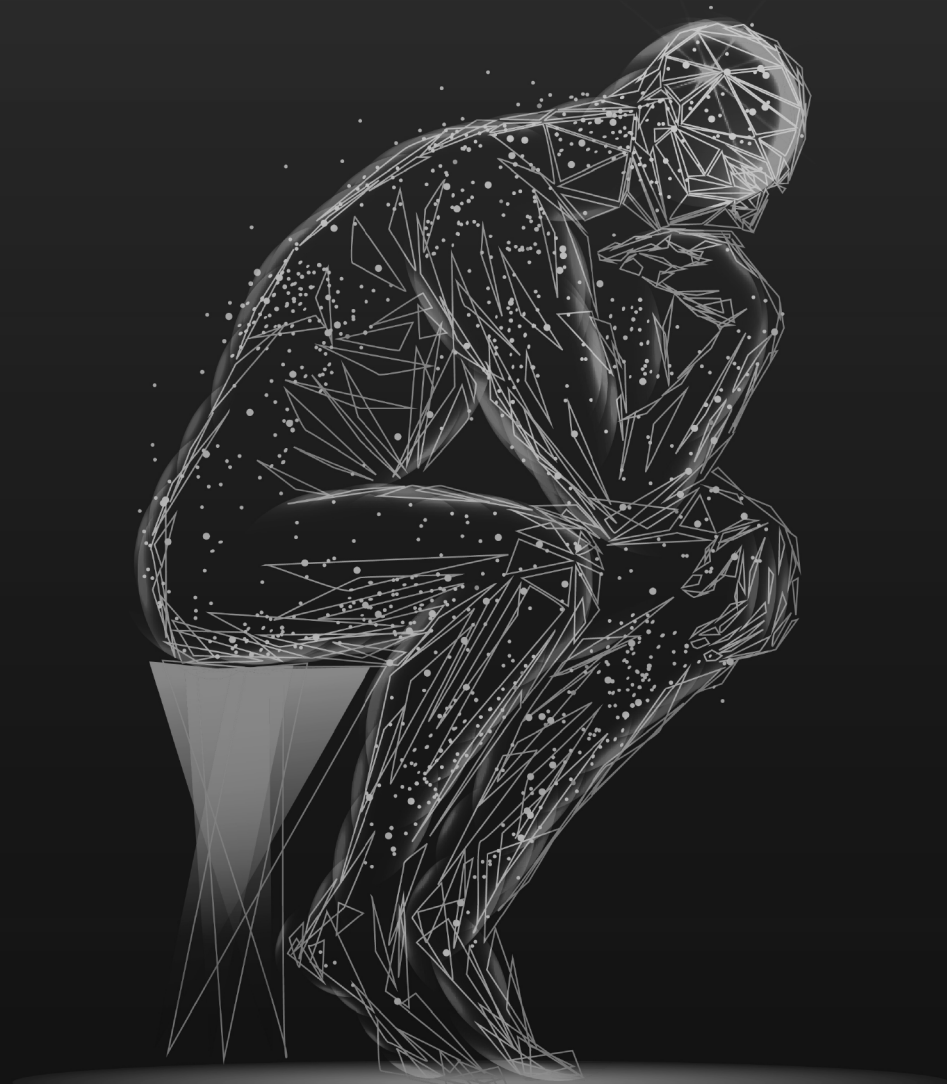
Luciane Spanhol Bordignon



(Organizadora)

DISCUSSÕES
INTERDISCIPLINARES
NO CAMPO DA
FORMAÇÃO
DOCENTE

V
O
L
I



Luciane Spanhol Bordignon



(Organizadora)

2020 by Editora Artemis

Copyright © Editora Artemis

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Editora Artemis

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte: Bruna Bejarano

Diagramação: Helber Pagani de Souza

Revisão: Os autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*.
Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial:

Prof.^a Dr.^a Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa

Prof.^a Dr.^a Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal

Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Prof.^a Dr.^a Lara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco

Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, University of Miami and Miami Dade College

Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros

Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Livia do Carmo, Universidade Federal de Goiás

Prof.^a Dr.^a Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo

Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará

Prof.^a Dr.^a Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D611 Discussões interdisciplinares no campo da formação docente
[recurso eletrônico] : vol. I / Organizadora Luciane Spanhol
Bordignon. – Curitiba, PR: Artemis, 2020.
116 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87396-03-3

DOI 10.37572/EdArt_033110620

1. Educação. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação.
I. Bordignon, Luciane Spanhol.

CDD 371.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APRESENTAÇÃO

"Nenhum de nós nasce professor, nós nos tornamos professores. A formação deve ser um processo de constituição de uma cultura profissional, de um gesto profissional, de uma maneira de ser profissional. Formar um professor é conseguir que alguém aprenda a conhecer, a pensar, a sentir e a agir como um profissional docente." (NÓVOA, 2016)

A formação é compreendida no contexto educacional contemporâneo, como uma das possibilidades para qualificar e ressignificar os processos educativos, para promover a cidadania e, ainda, carrega na sua essência a transformação dos sujeitos.

Nesse sentido, pensar a formação implica compreender os processos que envolvem: políticas públicas, formação continuada, profissionalidade, interdisciplinaridade, experiências formativas, bem como currículo e metodologias.

O momento requer a presença de educadores-cidadãos solidários, empenhados na união de esforços para a solução dos complexos problemas que o mundo de hoje apresenta. Tal articulação implica diálogo, na acepção de Paulo Freire (2006). Significa aproximação uns dos outros, como sujeitos que se unem na oportunidade de construir um mundo possível.

Assim, esperamos que o livro **Discussões Interdisciplinares no Campo da Formação Docente** seja mais uma contribuição aos profissionais professores que acreditam que somente pela educação será possível construir uma sociedade mais justa e igualitária e, por isso, seguem sua jornada com determinação.

Luciane Spanhol Bordignon

Outono de 2020

SUMÁRIO

FORMAÇÃO DOCENTE, LICENCIATURAS E CONHECIMENTO

CAPÍTULO 1	1
NOVAS DINÂMICAS DO CONHECIMENTO PARA UM MUNDO TENSIONADO	
Elza Neffa	
Krishna Neffa	
DOI 10.37572/EdArt_0331106201	
CAPÍTULO 2	18
A FORMAÇÃO SUPERIOR DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DOS DADOS DO CENSO ESCOLAR	
Paulo César Gaglio	
Dayse das Neves Moreira	
DOI 10.37572/EdArt_0331106202	
CAPÍTULO 3	30
O PIBID E A DISCRICIONARIEDADE DOS IMPLEMENTADORES	
Paula Arcoverde Cavalcanti	
DOI 10.37572/EdArt_0331106203	
CAPÍTULO 4	39
FORMAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS PEDAGÓGICAS DEFINIDAS NO PPC DOS CURSOS DE PRIMEIRA LICENCIATURA DO PARFOR: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS NA UFMA	
Ilzeni Silva Dias	
Helianane Oliveira Rocha	
Raimunda Ramos Marinho	
DOI 10.37572/EdArt_0331106204	
CAPÍTULO 5	48
REPRESENTAÇÕES DOS FORMANDOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA ACERCA DA FORMAÇÃO INICIAL	
Fábio de Oliveira	
Raquel Lima Besnosik	
DOI 10.37572/EdArt_0331106205	
CAPÍTULO 6	58
A EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UFES/CAMPUS SÃO MATEUS	
Poliana Domingos Mariano	
Anna Carolyne Souto Moraes	
Marcos da Cunha Teixeira	
Diógena Barata	
DOI 10.37572/EdArt_0331106206	
CAPÍTULO 7	63
APARTHEID SOCIAL: MEMÓRIA E DOCÊNCIA EM HISTÓRIA	
Natalia Nolasco Neri da Silva	
DOI 10.37572/EdArt_0331106207	

CAPÍTULO 8	68
CURRÍCULO INTEGRADO E TRABALHO DOCENTE INTERDISCIPLINAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Tatiana das Mercês	
Michele Pazolini	
Jaqueline Ferreira Almeida	
Carla Ribeiro Macedo	
DOI 10.37572/EdArt_0331106208	
CAPÍTULO 9	80
METODOLOGIAS ATIVAS: CONCEITOS ATUAIS DE APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Juliana Campos Francelino	
Rosimeire Martins Régis dos Santos	
DOI 10.37572/EdArt_0331106209	
 FORMAÇÃO DOCENTE, POLÍTICAS E PROFISSIONALIZAÇÃO	
CAPÍTULO 10	93
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL: CONTRAPONTO COM A META 17 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*	
Sophia Sartini Fernandes de Oliveira	
DOI 10.37572/EdArt_03311062010	
CAPÍTULO 11	98
A CONSTRUÇÃO DA PROFISSIONALIDADE DOCENTE POTENCIALIZADA PELAS ORIENTAÇÕES DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	
Patrícia Anselmo Zanotta	
Maria do Carmo Galiazzi	
Cleiva Aguiar de Lima	
DOI 10.37572/EdArt_03311062011	
CAPÍTULO 12	109
FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES EM SERVIÇO: A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL EM DEBATE	
Marília Beatriz Ferreira Abdulmassih	
DOI 10.37572/EdArt_03311062012	
SOBRE A ORGANIZADORA	114
ÍNDICE REMISSIVO	115

O PIBID E A DISCRICIONARIEDADE DOS IMPLEMENTADORES

Data de submissão: 16/03/2020

Data de aceite: 26/03/2020

Paula Arcoverde Cavalcanti

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Salvador-Bahia

<http://lattes.cnpq.br/7808313507417916>

RESUMO: Este trabalho visa compreender a ação discricionária dos implementadores do subprojeto denominado de PIBID-GEO e que foi implementado no período de 2014 a 2018 em um Colégio Estadual do Ensino Fundamental II a partir da observação direta e assistemática, durante o processo de implementação. O debate é fundamentado na Análise de Políticas e no Ciclo de Política como ferramenta analítica virtualmente construída e gira em torno da implementação como um processo contínuo de reformulação da política pública a partir da ação discricionária dos implementadores burocratas do nível de rua. Observou-se que as decisões dos implementadores e determinado ‘grau de manobra’ – a discricionariedade – são fundamentais para que a política pública seja efetivamente “materializada” no nível da instituição de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Implementação. Discricionariedade.

THE PIBID AND THE DISCRETION OF THE IMPLEMENTERS

ABSTRACT: This article aims to understand the discretionary action of the subproject implementers called PIBID-GEO, that was implemented in the period from 2014 to 2018 in a State College of Elementary Education II, from direct and attendant observation, during the implementation process. The debate is based on Policy Analysis and the Policy Cycle as a virtually constructed analytical tool and revolves around implementation as a continuous process of reformulation of public policy from the discretionary action of the street-level bureaucratic implementers. It was observed that the decisions of the implementers and determined ‘maneuverability’ – the discretion – are fundamental for public policy to be effectively “materialized” at the level of the educational institution.

KEYWORDS: Public Policies. Implementation. Discretion

1. INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) faz parte da Política Nacional de Formação dos Profissionais da

Educação Básica, do Governo Federal através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir da parceria com as Instituições de Ensino Superior (IES) e a Rede Pública de Ensino (Municipal, Estadual ou Federal). Segundo os dispositivos legais visa fomentar o aperfeiçoamento da formação inicial à docência a partir da inserção dos licenciandos na instituição escolar nos diversos níveis da Educação Básica.

Esse Programa é aqui entendido como política pública e materializado através de projetos e subprojetos onde são traçados os objetivos, ações, estratégias, atividades, resultados etc. O subprojeto em tela, intitulado PIBID-GEO foi implementado de 2014 a fevereiro de 2018 pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em um Colégio Estadual. Durante esse período as atividades foram sendo ‘mudadas’, substituídas ou não implementadas etc. Essa realidade nos fez questionar de que forma os implementadores atuavam? Existiam fatores que pressionavam os implementadores e, conseqüentemente, atividades propostas pelo projeto eram desvirtuadas?

Portanto, o presente trabalho visa compreender a ação discricionária dos implementadores do PIBID-GEO e partiu da necessidade de dedicar mais atenção ao que muitos autores denominam de “elo perdido” da ação pública: o momento da implementação das políticas públicas.

2 . O LÓCUS INVESTIGATIVO E ESBOÇOS METODOLÓGICOS

O PIBID-GEO em tela foi composto por 01 Coordenadora de Área (IES), 03 Supervisoras da instituição de ensino, 15 Bolsistas de Iniciação à Docência (IDs), implementado em um Colégio Estadual, Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano), tempo integral (matutino e vespertino), com aproximadamente 160 alunos, 01 Diretora, 01 Vice-Diretora, 02 Coordenadoras Pedagógicas, 17 funcionários (porteiros, auxiliares, cozinheiras etc.).

No referido subprojeto cada Bolsista ID atuava por 4h semanais na implementação das atividades denominadas de “oficinas pedagógicas” que foram elaboradas coletivamente e, virtualmente, quando eram solicitados pela gestão do Colégio. Essas oficinas abordavam várias áreas do conhecimento da área geográfica e temas transversais tais como: gênero, identidade e pertencimento etc.

Para atingir o objetivo da pesquisa utilizou-se a técnica de observação direta e assistemática no período de agosto de 2016 a dezembro 2018 durante a implementação e acompanhamento das atividades do subprojeto dentre elas: visitas e participação nos eventos de cunho cultural e pedagógico do colégio; reuniões com a comunidade escolar; planejamento pedagógico e relato dos Bolsistas IDs e Supervisoras etc. Não houve, contudo, a preocupação em estabelecer um roteiro prévio para a obtenção de dados. “A técnica de observação pode ser muito útil

para a obtenção de informações. Mais do que perguntar, podemos constatar um comportamento” (PRODANOV e FREITAS, p.103, 2013).

Para efeito de análise foram considerados como implementadores os Bolsistas IDs e as Supervisoras da “escola parceira” tendo em vista que interagem diretamente com o público alvo e “colocavam em prática ou executavam” (SUBIRATS *et al* 2012) o PIBID-GEO.

3 . ALGUNS DELINEAMENTOS: DA POLÍTICA PÚBLICA À DISCRICIONARIEDADE

A Análise de Políticas (*Policy Analysis*) é entendido como um procedimento analítico capaz de reconstruir a política pública com o objetivo de identificar, dentre os diversos aspectos, os atores que influenciam o processo de elaboração das políticas públicas e de esclarecer quais os interesses, valores, posições e objetivos desses atores. Segundo Serafim e Dias (2011, p.322) a análise de políticas é um

[...] conjunto de observações de caráter descritivo, explicativo e normativo acerca das políticas públicas que correspondem, respectivamente, às perguntas a respeito de “o que/como é?”, “por que é assim?” e “como deveria ser?”

A partir desse arsenal teórico o PIBID é compreendido como sendo resultado de determinada *politics* (processo político, jogo de poder etc.) (CAVALCANTI, 2012). Sua dimensão *policy* ou *public policy* (política pública) é a ação concreta “materializada pelo Estado” através da implementação de projetos e subprojetos (objetivos, ações, estratégias, atividades, resultados etc.) no nível micro do sistema de ensino – instituição escolar/escola parceira – atendendo a um público alvo específico.

Como política pública o PIBID pode ser modelizado através de um Ciclo de Política (*Policy Cycle*) composto de maneira geral por três momentos: formulação, implementação e avaliação (FREY, 2000; RÖTH-DEUBEL, 2010; CAVALCANTI, 2012). Ou seja, o Ciclo da Política é muito mais um dispositivo analítico para o estudo de uma dada política, intelectualmente construído, para fins de modelização, ordenamento, explicação e prescrição do que um fenômeno concreto.

Vale assinalar que o modelo heurístico do *policy cycle* é um tipo puro idealizador do processo político, na prática dificilmente este se dá de pleno acordo com o modelo. Porém, o fato de os processos políticos reais não corresponderem ao modelo teórico não indica necessariamente que o modelo seja inadequado para a explicação desses processos (FREY, 2000, p. 226).

Portanto, teoricamente, depois da política ser formulada inicia-se a sua implementação, mediante órgãos e mecanismos existentes ou especialmente criados (edital, seleção de bolsistas etc.) pela gestão pública para que seja materializada no nível mais concreto. De acordo com a *Policy Analysis*, a formulação, implementação e avaliação acontecem simultaneamente e interferem umas às outras, em um movimento de constante retroalimentação. Ou seja, a implementação é um processo

contínuo e interligado ao momento de formulação.

O processo de implementação pode ser abordado a partir do Modelo *Bottom-Up* (de baixo para cima), onde o papel dos implementadores é considerado de suma importância para o sucesso ou fracasso de uma política (CAVALCANTI, 2012).

Nessa perspectiva os implementadores – burocratas de nível de rua (*street level bureaucrats*) – que trabalham diretamente com o público alvo possuem ‘liberdade’ para alterar e adaptar a política à uma determinada realidade (LIPSKY, 1980). Essa ‘liberdade’ pode gerar decisões efetivas denominadas de “exercício de discricionariedade”, sendo que o “grau de manobra” varia em função do nível em que os implementadores se encontram na hierarquia; na proximidade e posição que ocupam em relação ao público alvo da política (CAVALCANTI, 2012; LOTTA, 2012).

A discricionariedade, no entanto, não pode ser confundida com a arbitrariedade, uma vez que os implementadores, mesmo possuidor de certo “grau de manobra” estão vinculados ou limitados quanto a maneira, objetivo, recursos etc., que disponibilizam durante o exercício discricionário. Também não pode ser considerada como uma imprevisibilidade pois o “grau de manobra” e o “poder discricionário” são até certa medida, concedidos propositadamente, para que a atuação dos implementadores se adaptem a uma situação concreta.

Deste modo, as “manobras” adotadas pelos implementadores em resposta às incertezas e pressões sofridas, vão efetivamente se tornando a política pública.

4 . A DISCRICIONARIEDADE DOS IMPLEMENTADORES

Durante o processo de implementação do PIBID-GEO foi possível notar uma complexidade de aspectos que afetavam o desenvolvimento das atividades. Um dos aspectos foi a pouca organização do trabalho escolar entendido como o desenvolvimento e a interrelação de todos os elementos pedagógicos e de gestão (recursos, atividades teórico-práticas etc.) que viabilizam de forma congruente a realização do processo educativo.

A dificuldade em organizá-lo pode ter sido favorecida, por exemplo, pela rotatividade de gestores que, conseqüentemente, além de causar um “descompasso” na organização e desenvolvimento do trabalho escolar de maneira geral, também afetava as atividades – oficinas pedagógicas – do PIBID-GEO uma vez que o cada gestor tinha a intenção em praticar uma gestão que refletisse sua “personalidade”, sua “agenda” etc.

Nesse sentido era imperativo que os implementadores – Bolsistas IDs e Supervisoras – invariavelmente redimensionassem, substituíssem ou até mesmo não implementassem o que havia sido estabelecido em função dos problemas provocados

pelos “incêndios” no cotidiano escolar e, em muitos casos, os Bolsistas IDs eram convocados a ajudar a controlar o “fogo”.

Desta forma, os implementadores ao ajudarem a contornar os problemas provocados pela desorganização do trabalho pedagógico implementando algo que não estava previsto, por um lado alteravam as atividades do PIBID-GEO e, por outro lado, criavam outros mecanismos para tentarem implementar o que tinha sido programado no subprojeto. Como a realidade dentro de uma instituição escolar é complexa, onde são apresentados cotidianamente novos desafios, os implementadores precisavam responder rapidamente e oferecer uma resposta condizente.

Todavia, ao assumirem a responsabilidade da implementação as “manobras” eram consideradas naturais e necessárias visto que os constantes “incêndios” os “forçavam ao exercício da discricionariedade”. Essas “manobras”, por conseguinte, produziam um efeito cascata e afetavam a implementação do PIBID-GEO. Desta forma, o efeito da discricionariedade causava um impacto direto em como a política pública vai sendo implementada, ocasionando assim um (re) ajuste entre o que foi proposto e o que foi efetivamente materializado no nível micro, mas também, uma reorientação da mesma.

No entanto, mesmo diante dessa realidade, acreditamos que os implementadores — Bolsistas IDs e Supervisoras — ao agirem discricionariamente, não tinham a compreensão de que ao alterarem uma determinada atividade afetavam de maneira geral o PIBID-GEO e, sim, estavam atuando coerentemente para garantir o processo de implementação mesmo que desvirtuando o que foi formulado.

Isso revelou que quanto maior for a proximidade dos implementadores com o público alvo maior será o “grau de manobra” – discricionariedade - permitindo a alteração e produzindo até certo grau, uma outra política (programa, projeto etc.).

5 . ARREMATAS FINAIS

A partir do estudo sobre o momento de implementação das políticas públicas é possível detectar falhas; aspectos que colaboram para uma implementação viciosa etc., uma vez que o sucesso ou fracasso pode depender da ação dos implementadores. A não preocupação com as condições da implementação aumentam a chance de uma política pública não atingir os resultados anunciados.

No caso específico do PIBID-GEO – “materializado” no nível micro do sistema de ensino – ficou evidente que os implementadores – Bolsistas IDs e Supervisoras – eram os que estavam mais perto do público alvo e, que os problemas advindos da pouca organização do trabalho escolar contribuíram para o “exercício de discricionariedade”, uma vez que a implementação é um também um processo de retroalimentação.

Nesse sentido, durante as atividades do PIBID-GEO houve a ampliação da

compreensão da instituição escolar principalmente, no que se refere a importância da organização do trabalho pedagógico e da discricionariedade dos Bolsistas IDs e Supervisoras para que seja garantido a implementação da política pública no nível da instituição pública de ensino.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, P. A. **Análise de políticas públicas**: o estudo do Estado em ação. Salvador: Eduneb, 2012.

RÖTH-DEUBEL, A. N. (ed.). **Enfoques para el análisis de políticas públicas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas (PPP)**, n.21. p.211-259, 2000.

LIPISKY, M. **Street-level bureaucracy**: dilemmas of the individual in public service. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

LOTTA, G. S. O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A. P de. (org.) **Implementação de políticas públicas**: teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SERAFIM, M.P.; DIAS, R. de B. Conceitos e ferramentas para análise de política pública. In: BENINI, E. *et al* (org.) **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SUBIRATS, J; KNOEPFEL, P; LAURRUE, C; VARONE, F. **Análisis y gestión de políticas públicas**. Barcelona: Editorial Planeta, 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciane Spanhol Bordignon possui graduação em Ciências Licenciatura Curta Duração pela Universidade de Passo Fundo (1987), Graduação em Licenciatura Plena Habilitação em Matemática pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1992), Mestrado em Educação pela Universidade de Passo Fundo (2008) , Doutorado Sanduiche no Instituto de Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa (2011) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). É Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da UNESCO. Professora aposentada do Magistério Estadual do Rio Grande do Sul e docente na Universidade de Passo Fundo. Coordena: a Área de Prática de Ensino e Estágios da Universidade de Passo Fundo, o Programa Residência Pedagógica da Universidade de Passo Fundo e o Curso de Pós-graduação Políticas e Gestão da Educação da Universidade de Passo Fundo. Membro do Grupo de Estudos sobre Universidade da Universidade de Passo Fundo - GEU/UPF e do Grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas e Gestão da Educação da Universidade de Passo Fundo - GPEPGE/UPF.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagens metodológicas 1
Ampliação da jornada 93, 109, 110, 111, 112
Apartheid social 63, 64
Avaliação 19, 32, 33, 48, 80, 84, 88, 89, 90, 91, 112

C

Censo escolar 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 41, 46
Ciência 3, 4, 5, 6, 11, 16, 20, 23, 39, 40, 68, 69, 71, 73, 84, 91, 98, 100, 102
Ciências Biológicas 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60
Competência profissional 98, 99, 100, 101, 104, 105, 107

D

Dialética 1, 2, 3, 8, 17, 46, 72
Dialógica 1
Discrecionabilidade 30, 32, 33, 34, 35

E

Educação Básica 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 31, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 50, 53, 60, 69, 71, 74, 79, 81, 94, 95
Educação Integral 13, 93, 94, 97, 109, 110, 111, 112
Educação profissional 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 85, 86, 89, 91, 98, 99
Educar pela pesquisa 17, 98, 99, 100, 101, 107
Ensino 3, 4, 5, 6, 14, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 41, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 94, 98, 100, 102, 107, 109, 111, 112, 114
Ensino Interdisciplinar 68
Escola de Tempo Integral 109, 110, 111
Estágio Supervisionado 48, 49, 53

F

Formação de professores 18, 19, 21, 24, 28, 40, 41, 42, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 79, 107
Formação docente 21, 28, 41, 45, 48, 50, 55, 58, 60, 80, 90, 98
Formação Profissional 28, 57, 70, 74, 75, 80, 82, 85, 91

H

Habilitação para o magistério 18, 27

I

Implementação 30, 31, 32, 33, 34, 35, 73, 77, 87, 93, 95

Integração curricular 68, 70, 74, 77, 79

M

Memória 63, 64, 65, 66, 79

Metodologias Ativas 80, 81, 84, 85, 87, 88, 90, 91

N

Necessidades Formativas 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52

P

PIBID 30, 31, 32, 33, 34, 35, 58, 59, 60, 61, 62

Plano Nacional de Educação 19, 22, 27, 41, 71, 78, 93, 94, 95, 110

Políticas Públicas 1, 15, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 71, 93, 97

Práticas pedagógicas 39, 42, 95, 109, 111

Profissão docente 45, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 75

R

Reconhecimento do outro 98, 99, 104

S

Saberes docentes 48, 49, 52, 57

T

Tecnologia 3, 6, 16, 39, 40, 68, 69, 71, 73, 87, 92, 98, 100, 102, 103

Trabalho docente 19, 20, 23, 28, 29, 68, 71, 74, 78, 95, 96, 97

Transdisciplinaridade 1, 3, 4, 8, 10, 13, 16, 17



**EDITORIA
ARTEMIS
2020**